

Alerta Legislação, nº 6, de 07 a 12 fev. 2011
Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca
(11) 2193-8107 e 8144 • ccivil@sp.gov.br

	LEGISLAÇÃO FEDERAL
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
10/02/11	<p><u>LEI Nº 12.381, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011</u> Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011. Mensagem de veto.</p> <p><u>DECRETO Nº 7.437, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011</u> Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006.</p>
09/02/11	<p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 2, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2011</u> Prorroga vigência da Medida Provisória nº 511, de 5 de novembro de 2010, que "Dispõe sobre medidas para assegurar a sustentabilidade econômico financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, sobre autorização para garantia do financiamento do Trem de Alta Velocidade - TAV, no trecho entre os Municípios do Rio de Janeiro - RJ e Campinas - SP, e dá outras providências O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 511, de 5 de novembro de 2010, que "Dispõe sobre medidas para assegurar a sustentabilidade econômico financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, sobre autorização para garantia do financiamento do Trem de Alta Velocidade - TAV, no trecho entre os Municípios do Rio de Janeiro - RJ e Campinas - SP, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 7 de fevereiro de 2011. Senador JOSÉ SARNEY Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>
04/02/11	<p><u>DECRETO DE 3 DE FEVEREIRO DE 2011</u> Institui o Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar proposta de protocolo nacional de diretrizes e procedimentos para assegurar a proteção integral das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade nas localidades que se encontrem em situação de emergência ou estado de calamidade pública devido à ocorrência de desastres, e dá outras providências.</p>
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério de Estado das Cidades (MCid)	<p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA MCID Nº 6, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2011</u> Dispõe sobre a prorrogação de prazo de contratação de propostas de operação de crédito dos projetos de mobilidade urbana associados à Copa do Mundo FIFA 2014, e dá outras providências.</p>

	<p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA MCID Nº 4, DE 31 DE JANEIRO DE 2011</u> Regulamenta os procedimentos e as disposições relativos às operações de crédito no âmbito do Programa Saneamento para Todos - Mutuários Privados e Mutuários Sociedades de Propósito Específico.</p>
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
11/02/11	<p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.132, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011</u> Altera a Lei Complementar nº 1093, de 16 de julho de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual</p> <p><u>DECRETO Nº 56.759, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011</u> Aprova o Projeto Estadual de Subvenção do Prêmio de Seguro Rural - Ano de 2011, com emprego de recursos do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - O Banco do Agronegócio Familiar - FEAP/BANAGRO, e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 56.758, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011</u> Cria e organiza, na Secretaria do Meio Ambiente, a Unidade de Gestão Local do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II - UGL/PDRS, de que trata o Decreto nº 56.449, de 29 de novembro de 2010, e dá providências correlatas</p>
10/02/11	<p><u>DECRETO Nº 56.751, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011</u> Dispõe sobre a oficialização da Medalha "Mérito do Cooperativismo" instituída pela Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Policiais Militares e Servidores da Secretaria dos Negócios da Segurança Pública do Estado de São Paulo - COOPMIL</p>
09/02/11	<p><u>DECRETO Nº 56.744, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2011</u> Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual dos Povos Indígenas de São Paulo - CEPISP</p> <p><u>DECRETO Nº 56.740, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2011</u> Dispõe sobre a oficialização da Medalha do Mérito da Polícia Técnico-Científica "Governador Mário Covas", instituída pela Superintendência da Polícia Técnico-Científica, da Secretaria da Segurança Pública</p>
08/02/11	<p><u>DECRETO Nº 56.739, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011</u> Institui a Medalha "Mérito de Justiça e Disciplina" da Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 56.735, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011</u> Transfere, da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania para a Casa Civil, a Câmara Técnica Estadual de Implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher no Estado de São Paulo e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 56.734, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011</u> Dispõe sobre a designação de novo gestor para a implementação no Estado de São Paulo das ações e projetos aprovados no âmbito do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e dá providências correlatas</p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL

<p>Cultura</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SC - 6, DE 8-2-2011</u> Altera a Resolução SC 55, de 02 de dezembro de 1999, que instituiu a Ouvidoria na Secretaria de Estado da Cultura e dá providências correlatas</p>
<p>Defensoria Pública do Estado</p>	<p>DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL <u>ATO NORMATIVO DPG Nº 42, DE 11-2-2011</u> Regulamenta a participação e abre prazo para inscrição de Defensores Públicos para atuação em autos de prisão em flagrante e de apreensão de adolescente e dá outras providências</p> <p>CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA <u>DELIBERAÇÃO CSDP Nº 212, DE 4-2-2011</u> Altera a Deliberação CSDP nº 38, de 04 de maio de 2007, que estabelece normas gerais para os regimentos internos dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado</p> <p>DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL <u>ATO NORMATIVO Nº 41, DE 8-2-2011</u> Disciplina os critérios para designação dos Defensores Públicos classificados na Defensoria Pública-Geral e dá outras providências</p>
<p>Educação</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SE-7, DE 10-2-2011</u> Constitui Grupo de Trabalho para elaborar propostas de reestruturação do Estatuto do Magistério Paulista e dos Planos de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes dos Quadros do Magistério e de Apoio Escolar</p>
<p>Fazenda</p>	<p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA <u>PORTARIA CAT 21, DE 10-02-2011</u> Altera a Portaria CAT 187/10, de 8 de dezembro de 2010, que estabelece os procedimentos que devem ser adotados para fins do cumprimento de decisões judiciais que tratem da tributação do ICMS sobre operações relativas à circulação de energia elétrica</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA <u>PORTARIA CAT 20, DE 10-02-2011</u> Altera a Portaria CAT-147/09, de 27-7-2009, que disciplina os procedimentos a serem adotados para fins da Escrituração Fiscal Digital – EFD pelos contribuintes do ICMS.</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SF N.º 12, DE 09-02-2011</u> Dispõe sobre a fixação das linhas de base e das metas para os indicadores que compõem o Índice de Desempenho da Estratégia Reduzido da Secretaria da Fazenda, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar nº 1.079, de 17 de dezembro de 2008, para o exercício de 2010.</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SF N.º 11, DE 09-02-2011</u> Dispõe sobre a fixação da meta de receita tributária para o exercício de 2010, para fins de pagamento da Participação nos Resultados - PR, instituída pela Lei Complementar nº 1.059 de 18 de setembro de 2008</p> <p>INSTITUTO DE PAGAMENTOS ESPECIAIS DE SÃO PAULO - IPESP <u>PORTARIA DO SUPERINTENDENTE, 03, DE 04-02-2011</u> Retifica a Portaria nº 55 de 23/12/2010 que disciplina o cadastramento dos beneficiários, aposentados e pensionistas das Carteiras Autônomas vinculadas ao Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo no ano de 2011.</p>

<p>Habitação</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SH - 12, DE 3-2-2011</u> Dispõe sobre a estrutura e a designação de integração da Unidade de Execução do Programa - UEP - Habitação, do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica</p>
<p>Saúde</p>	<p><u>COMUNICADO SE DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011</u> A todos os professores e funcionários da Secretaria de Estado da Educação O Professor Herman Voorwald, Secretário da Educação, logo ao início de sua gestão, identificou a necessidade de rever o Estatuto do Magistério Paulista, bem como os Planos de Carreira, Vencimentos e Salários dos integrantes do Quadro do Magistério e do Quadro de Apoio Escolar. Sensível à importância de promover a valorização dos servidores da Pasta, constituiu, por meio da Resolução SE nº 7, de 10.2.2011, um Grupo de Trabalho, coordenado pelo Diretor do Departamento de Recursos Humanos, com a incumbência de apresentar proposta de aprimoramento das leis complementares e da legislação que tratam dos profissionais da educação que integram o Quadro do Magistério e o Quadro de Apoio Escolar. [...]</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SS-6, DE 11-2-2011</u> Dispõe sobre o teto financeiro de média e alta complexidade hospitalar, dos prestadores de serviços sob gestão estadual, nos convênios e contratos firmados no âmbito do SUS-SP, decorrentes dos recursos incorporados ao teto da assistência e dá outras providências.</p>
<p>Segurança Pública</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SSP-25, DE 10-2-2011</u> Prot. GS-1266/11 Regulamenta as atribuições e procedimentos de trabalho da Assessoria Especial Parlamentar da SSP e dá outras providências</p>
<p>Transportes Metropolitanos</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO STM Nº 013, DE 9-2-2011</u> Reajuste tarifário das integrações do Sistema de Ônibus das Regiões Metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista (Processo STM 1722/92)</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO STM Nº 012, DE 9-2-2011</u> Reajuste tarifário – Sistema Coletivo de Ônibus da Região Metropolitana da Baixada Santista (Serviços Comum e Seletivo)</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO STM Nº 011, DE 9-2-2011</u> Reajuste tarifário – Serviço Turístico Especial denominado “Expresso Turístico”</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO STM Nº 010, DE 9-2-2011</u> Reajuste tarifário – Linhas Seletivas Especiais Expressas e Linhas Intermunicipais Comuns – (Serviço Aeroporto)</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO STM Nº 009, DE 9-2-2011</u> Reajuste tarifário – Corredor Metropolitano de Trólebus São Mateus Jabaquara</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO STM Nº 008, DE 9-2-2011</u> Reajuste tarifário – Sistema Coletivo de Ônibus da Região Metropolitana de São Paulo (Serviços Comum e Seletivo)</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO STM Nº 007, DE 9-2-2011</u> Reajuste tarifário – Sistema Coletivo de Ônibus da Região Metropolitana de</p>

	São Paulo (Serviços Comum e Seletivo) GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO STM Nº 006, DE 9-2-2011</u> Reajuste tarifário – Sistema Metroviário e Sistema de Trens Metropolitanos
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
12/02/11	COMUNICADOS <u>COMUNICADO SDG Nº 08/2011</u> O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, com intuito de enfatizar os procedimentos a serem observados pelos municípios jurisdicionados, em sede de elaboração e execução orçamentária, para efetivo cumprimento do princípio constitucional da absoluta prioridade à criança, ao adolescente e ao jovem, COMUNICA que deve a Administração atentar para o seguinte: 1. As disposições contidas no art. 227, caput, da Constituição Federal e art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas "b", "c" e "d", da Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente possuem aspecto vinculativo para os gestores municipais, reclamando previsão orçamentária de recursos que efetivem o princípio da absoluta prioridade à criança e ao adolescente, de acordo, inclusive, com as deliberações dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e mediante instituição do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente [...] PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 21, DE 2011</u> Obriga as universidades públicas e privadas do Estado de São Paulo a difundirem em seus "campus" alerta sobre o trote.
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO - LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
07/02/11 a 12/02/11	Não houve legislação pertinente ao boletim no período citado.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br
 Casa Civil do Estado de São Paulo
 Centro de Documentação e Arquivo - CDA
 (11) 2193-8107 e 8144
ccivil@sp.gov.br
 Izabel C. Filgueiras de Almeida - icalmeida@sp.gov.br
 Marcelo Conti - mconti@sp.gov.br
 Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107.